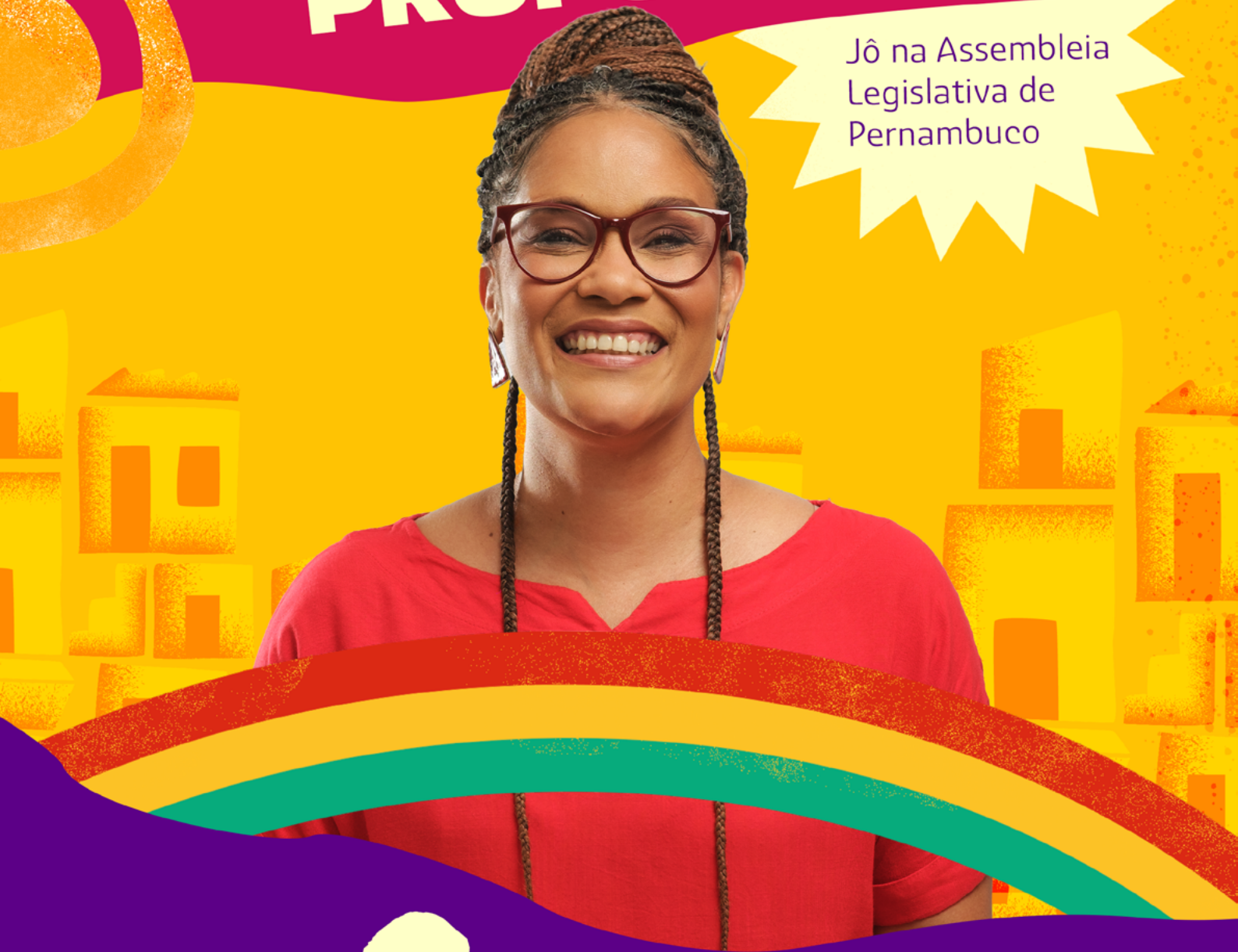
CARTA DE PROPOSTAS

Jô na Assembleia Legislativa de Pernambuco



JÔ CAVALCANTI

50.000

DEPUTADA ESTADUAL

Propaganda Eleitoral | Jô Cavalcanti
CNPJ: 68.571.369/0001-98 | Federação PSOL-Rede

POR UM PERNAMBUCO
FEMINISTA, ANTIRRACISTA
E RADICALMENTE
DEMOCRÁTICO
COM JÔ CAVALCANTI
DEPUTADA ESTADUAL.



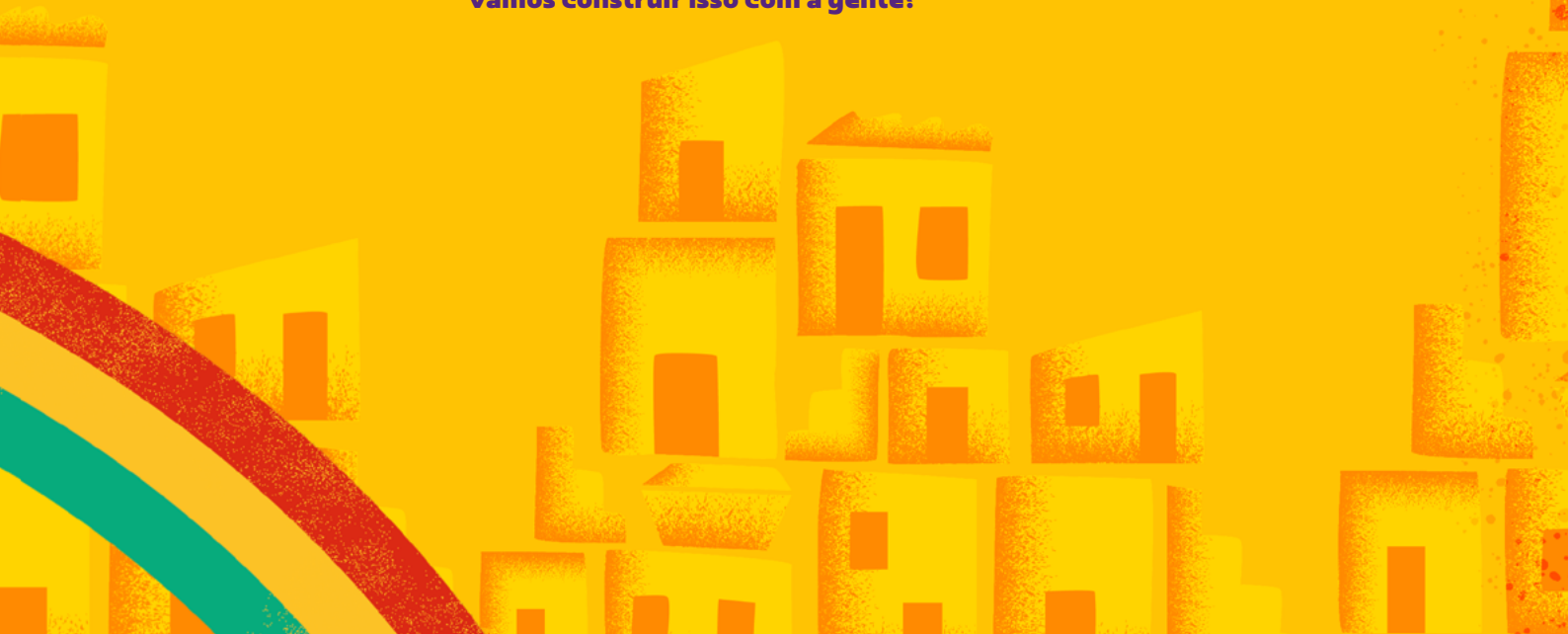
PROPAGANDA ELEITORAL | JÔ CAVALCANTI CNPJ: 68.571.369/0001-98 | FEDERAÇÃO PSOL-REDE

Este documento reflete a entrega à sociedade pernambucana de um projeto de futuro construído com sonhos e luta de muita gente. Nesse sentido, não é apenas um conjunto de propostas, é resultado de um amplo debate com um universo diverso de especialistas, sejam militantes de organizações populares, pesquisadoras e pesquisadores ou trabalhadoras e trabalhadores que sentem na pele os problemas do nosso estado, mas também costuram a partir dos territórios periféricos, da vivência inventiva das mulheres negras e populares e da ação política cotidiana dos movimentos e redes um projeto para Pernambuco a partir de tecnologias populares e coletivas.

Vem de gente que não aceita injustiça e se juntou, realizando plenárias e reuniões, para propor soluções em diversas áreas. De políticas para as juventudes, mulheres, população LGBTQIAPN+, passando por políticas estruturantes como as de segurança alimentar, trabalho, assistência social, direito à cidade, cultura, educação e segurança pública. Tudo isso a partir de uma perspectiva feminista popular, antirracista e radicalmente democrática.

Apresentamos aqui os resultados de tantos debates, que serão bandeiras de luta de um mandato combativo, agradecendo a disponibilidade e a inteligência criativa de tantas pessoas e coletivos que contribuem para fazer de Pernambuco um estado de tantas resistências, onde o fascismo não se cria, mas que também precisa abrir caminho para vozes e práticas que contribuam para um Brasil soberano. E esse projeto passa por eleger uma mulher negra, como Jô Cavalcanti, para a Assembleia Legislativa de Pernambuco, uma representante da luta de trabalhadoras sem direitos, sem teto, que tem uma trajetória de ocupar a institucionalidade sem abrir mão das ruas.

Vamos construir isso com a gente?



SUMÁRIO

05 POR EIXO TEMÁTICO

06 Bets
06 Cultura
07 Direito à cidade, moradia e conflitos fundiários
08 Educação
10 Garantia de direitos, participação e gestão democrática
11 Meio ambiente e resiliência climática
12 Saúde e assistência social
14 Segurança alimentar e agroecologia
15 Segurança pública
17 Trabalho e geração de renda
18 Transporte

19 POR SUJEITOS PRIORITÁRIOS

20 Juventude
21 Mulheres
23 População negra
25 População lgbtqiapn+
27 Pessoa com deficiência



Por

eixo temático

BETS

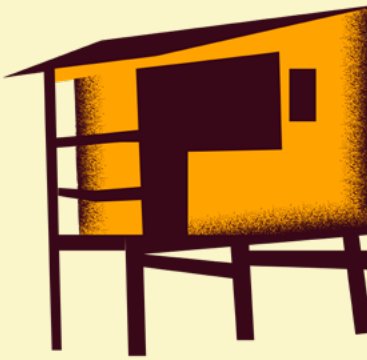
- **Proibir a exploração, a oferta e a publicidade de jogos de azar digitais (BETs) no âmbito do estado de Pernambuco**



CULTURA

- Destinação de emenda parlamentar para investimentos na literatura negra
- Propor Plano Estadual de Incentivo aos fazedores de cultura
- Propor a realização de editais públicos para ocupação dos espaços de gestão dos equipamentos públicos de cinema
- Criação de empresa pública estadual de cinema
- Pautar a redução de impostos estaduais para empresas da área de cultura
- Edital “Vozes Negras” para de financiamento de publicação (física e digital) de primeiras obras escritas por pessoas pernambucanas negras
- Implantar e ampliar sistemas de tecnologia assistiva para pessoas surdas que não utilizam necessariamente Libras em teatros, cinemas, auditórios, equipamentos culturais e outros espaços públicos estaduais, principalmente pessoas que usam aparelhos auditivos e implantes cocleares, a exemplo do Sistema de Indução Auditiva/aro magnético.
- Criar uma política permanente de acessibilidade cultural nos equipamentos e projetos apoiados pelo Estado, principalmente por meio da Secretaria de Cultura, Fundarpe e Funcultura, contemplando legenda descritiva, Libras, audiodescrição, indução auditiva e outros recursos conforme cada atividade.
- Estabelecer metas e critérios de acessibilidade para os projetos culturais que recebem recursos públicos estaduais.

DIREITO À CIDADE, MORADIA E CONFLITOS FUNDIÁRIOS:



- Fiscalizar e fortalecer investimentos na política de habitação de interesse social e a garantia do direito à moradia para população em situação de rua
- Programa de Democratização dos Imóveis do Estado, nos moldes do Programa de Democratização dos Imóveis da União
- Regulamentar e fortalecer iniciativas de Assistência Técnica Gratuita para Habitação Popular e Planejamento Urbano Participativo
- Fortalecer a aplicação de instrumentos de combate à especulação, como os previstos no Estatuto da Cidade (tais como PEUC, desapropriação e arrecadação por abandono) e impedir que esses instrumentos sejam usados em favor do mercado imobiliário
- Monitorar os imóveis vagos, realizando campanhas e fiscalizando o uso de instrumentos e políticas para garantia de moradia popular no centro
- Fazer do mandato um espaço de intercâmbio e promoção de práticas e propostas que promovam políticas de planejamento das cidades com e para as mulheres negras
- Expansão de infraestrutura e regularização fundiária dos territórios populares
- Selo para cidades que promovam ações voltadas para a implantação de políticas de cuidado e acesso à moradia
- Priorizar inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos programas habitacionais e de assentamento
- Acompanhamento de conflitos urbanos e rurais, buscando evitar remoções e despejos
- Fazer levantamento estadual sobre a acessibilidade de prédios, equipamentos culturais e serviços públicos, com base em indicadores e com publicação periódica dos resultados da adequação das edificações mapeadas.

EDUCAÇÃO:

- **Criação de Programa Escola Sem Discriminação para combate à violência contra a população LGBTQIAPN+ nas instituições públicas e privadas de ensino**



- Laboratório Digital para incentivar a formação tecnológica voltada para os jovens
- Pautar a criação de bolsas para custear materiais de estudo e subsistência dos estudantes do ensino superior
- Propor Lei Estadual para reduzir o número máximo de alunos por sala de aula na rede estadual (atualmente em até 50), garantindo condições adequadas de aprendizagem e acompanhamento pedagógico
- Avaliar e fiscalizar o funcionamento do modelo de ensino de tempo integral no Estado (estrutura, carga horária e atividades) para que não tenha se convertido apenas em prolongamento do tempo de permanência do aluno na escola
- Apoiar e incentivar os cursinhos populares de preparação para o ensino superior, promovendo a democratização do acesso à universidade pública para a juventude das periferias
- Apoiar a criação de linhas de financiamento público contínuo e permanente descentralizado para bibliotecas comunitárias, reduzindo a dependência de editais pontuais
- Propor a criação de Frente Parlamentar para fiscalizar, acompanhar e garantir a execução efetiva da Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (Lei 16.991/2020)
- Incentivar a criação e consolidação de Rede Estadual de Bibliotecas Comunitárias de Pernambuco,

estabelecendo parcerias com universidades e a criação de edital voltado para aquisição de acervo e melhoria da infraestrutura desses espaços

- Propor mapeamento da situação estrutural e das necessidades operacionais das bibliotecas comunitárias e territórios de leitura do Estado

- Propor a realização de audiências públicas itinerantes nos diversos territórios do Estado para ouvir as necessidades locais de leitores e educadores

- Disputar cadeira na Comissão de Educação e Cultura para influenciar os debates sobre orçamento e políticas educacionais estaduais

- Propor a qualificação dos profissionais de apoio escolar como atendentes terapêuticos (ATs), além da adaptação de ambientes s ensoriais nas escolar para estudantes neurodivergentes

- Atuar na discussão do Plano Estadual de Educação para garantir a inclusão de diretrizes pedagógicas obrigatórias sobre diversidade de gênero, sexualidade e características sexuais na rede pública de ensino e no sistema socioeducativo

- Pautar a implementação de reservas de vagas (cotas) para pessoas trans na Universidade de Pernambuco

- Propor Curso de Formação Continuada em Educação para a Igualdade de Gênero e Enfrentamento à Misoginia, nas escolas públicas e privadas

- Propor Política de Educação Continuada em Prevenção à Violência de Gênero para os servidores públicos da administração direta, indireta e fundacional

- Propor o ensino obrigatório da vida e legado de Agostinho José Pereira (Divino Mestre) nas escolas pernambucanas, resgatando a história do artesão negro que criou escolas clandestinas de alfabetização para escravizados no Recife, em cosonância com a Lei nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

- Propor a obrigatoriedade da presença e disponibilização de obras da literatura negra no acervo de todas as bibliotecas e salas de leitura da rede estadual de ensino

GARANTIA DE DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA:



- Incentivar novas formas de participação popular e cobrar o funcionamento efetivo dos espaços de gestão democrática
- Publicizar o orçamento e propor ferramentas de acesso e decisão sobre ele
- Propor instrumentos de consulta pública (online e presencial) para que a sociedade civil organizada possa orientar prioridades, indicações e emendas do mandato legislativo
- Prestar suporte legislativo e apoio parlamentar para o avanço do projeto de lei relativo ao Estatuto da Pessoa Intersexo
- Propor mecanismos estaduais de gratuidade e assistência jurídica para a retificação de nome e gênero em cartórios, desburocratizando o acesso à documentação básica para pessoas trans e travestis em situação de vulnerabilidade
- Propor medidas para proibir a violência política de gênero
- Fortalecer e ampliar o Protocolo Antirracista
- Combater o Racismo Institucional
- Propor a instituição da Medalha Agostinho José Pereira (Divino Mestre) em homenagem a pessoas e organizações com contribuições relevantes para a educação popular, combate ao racismo e defesa dos direitos da população negra
- Atuar em conjunto com o Ministério Público e pautar na LOA e na LDO a obrigatoriedade de recorte de gênero no orçamento público com vistas a garantir financiamento proporcional para políticas públicas voltadas às mulheres em direção ao seu percentual na população do estado
- Combater o avanço do fundamentalismo religioso e a manutenção das oligarquias presentes na ALEPE
- Criar eixo específico de Acessibilidade Comunicacional dentro do Plano Estadual de Acessibilidade.

- Implantar uma Central Estadual de Acessibilidade Comunicacional com atendimento presencial e remoto, incluindo Central de Libras, intérpretes e guia-intérpretes, legendagem e transcrição ao vivo, audiodescrição, comunicação para pessoas surdo-cegas, comunicação aumentativa e alternativa e outros recursos.
- Garantir participação direta das próprias pessoas com deficiência e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Pernambuco (CONED-PE) na elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Estadual de Acessibilidade, contemplando as diferentes deficiências e formas de comunicação.

MEIO AMBIENTE E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA:

- **Propor Lei contra o Racismo Ambiental e Enfrentamento às Mudanças Climáticas, a partir do enfrentamento de enchentes, alagamentos e eventos climáticos extremos**

- Monitorar a gestão do risco socioambiental e apoiar boas ações de adaptação climática
- Acompanhar o cumprimento das orientações previstas no Dossiê Chuvas, formulado pela sociedade civil e propor medidas de prevenção de risco
- Propor o mapeamento das condições reais de acesso à água em todo o estado e promover medidas de fortalecimento da água como direito
- Proposta de Política Estadual "Alerta Clima na Escola", que cria o Mapa Colaborativo de Riscos e Soluções Climáticas e estabelece diretrizes para a participação da comunidade escolar no planejamento de ações de resiliência urbana
- Propor Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas e Combate ao Racismo Ambiental, com foco na justiça climática
- Defender um modelo de desenvolvimento socioambiental justo para Pernambuco, fortalecendo a agricultura familiar, regulando a mineração e garantindo investimentos na convivência com o semiárido

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Exercer fiscalização rigorosa da aplicação do orçamento da saúde e assistência social, combatendo a terceirização e lutando pela realização de concursos públicos estaduais para profissionais do SUS e do SUAS
- Propor a expansão e descentralização das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde em todas as macrorregiões do Estado, garantindo a inclusão de profissionais especialistas nos quadros efetivos da saúde estadual
- Pautar diretrizes obrigatórias de acolhimento nos hospitais da rede estadual, assegurando infraestrutura adequada para pacientes e acompanhantes, incluindo assentos dignos, condições sanitárias adequadas e conectividade básica durante internamentos
- Realizar inspeções técnicas e fiscalizações presenciais nos hospitais da rede pública para verificar as condições de trabalho e atendimento e cobrar providências para melhoria
- Pleitear a regulamentação do Programa Atitude como política pública permanente de assistência, garantindo dotação orçamentária própria e transparência na aplicação dos recursos
- Defender a implantação de unidades móveis de proteção social, levando o atendimento do SUAS até as comunidades rurais, quilombolas, indígenas e áreas de difícil acesso
- Lutar pela realização de concurso público e estruturação do plano de cargos e carreiras do SUAS, combatendo a rotatividade dos contratos temporários e fortalecendo a continuidade técnica na execução das políticas públicas de assistência social
- Incorporar a mitigação dos impactos da crise climática no planejamento da assistência social e pleitear dotação orçamentária para realização de ações permanentes para populações vulneráveis

- Atuar para garantir a proteção de dados na saúde digital, além de assegurar que as políticas de saúde e redução de danos sejam públicas, universais e livres de interferências religiosas

- Fiscalizar os serviços de saúde da rede estadual para certificar que os profissionais são capacitados para realização de tratamento humanizado e garantir também a distribuição contínua de hormonioterapia

- Fiscalizar as Comunidades Terapêuticas que recebam recursos financeiros do Estado, vedando a destinação de emendas e recursos públicos a instituições que realizam práticas de conversão forçada e violações de direitos humanos e requerer a apresentação de relatório com dados sobre quantitativo de vagas custeadas com verbas estaduais, instituições cadastradas, vagas por instituição, montante repassado a cada instituição e custo individual por vaga

- Atuar para o fortalecimento e a expansão da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, não apenas a partir de uma lógica punitivista ou fiscalizatória mas também entendendo que mulheres são sujeitas de direitos

- Lutar pela garantia do acesso ao aborto legal nos hospitais municipais e estaduais, especialmente para meninas e mulheres vítimas de violência

- Atuar no combate a qualquer tipo de retrocesso relacionado ao aborto legal, pela garantia do cumprimento e da ampliação do serviço previsto em lei nas maternidades e hospitais da rede estadual de saúde, com o horizonte de legalização

- Apresentar Projeto de Lei para a criação do Sistema Estadual do Cuidado, com foco nas mulheres empobrecidas e negras que realizam o trabalho doméstico e de cuidado, de forma a promover uma distribuição mais justa do trabalho

- Pautar o debate público e a revisão das diretrizes estaduais sobre drogas, assegurando tratamento digno e especializado para as mulheres usuárias de drogas

- Fortalecer os serviços de redução de danos, com base na nova política nacional de drogas, que prevê a autonomia da pessoa em seu tratamento

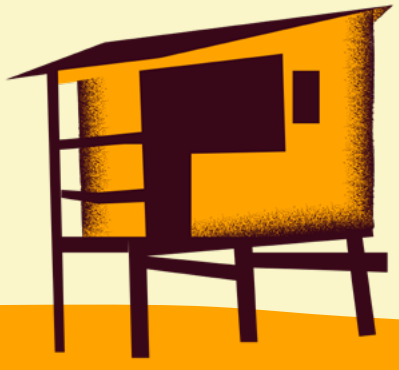
- Propor a regulamentação do fluxo de acolhimento humanizado para crianças e adolescentes vítimas de violência através da rede primária de saúde (SUS), evitando a revitimização em órgãos policiais

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA:

- **Propor a regulamentação das feiras agroecológicas de produtos orgânicos no âmbito do estado de Pernambuco**



- Fortalecimento das cozinhas solidárias como estratégias de combate à fome
- Utilizar emenda parlamentar para apoiar a construção de feiras solidárias nos territórios e oferecer alimentos orgânicos e saudáveis à população
- Promoção de políticas públicas que garantam o escoamento de alimentos oriundos da agroecologia para hospitais, escolas e cozinhas solidárias
- Potencializar as práticas de agroecologia e agricultura urbana, como promotora da segurança alimentar e justiça climática nas cidades
- Propor a ampliação do limite de compras públicas de alimentos da agricultura familiar



SEGURANÇA PÚBLICA:

- **Propor Plano Estadual Juventude Negra Viva para o enfrentamento ao homicídio de jovens**



- Fortalecer mecanismo de combate à violência contra juventude negra
- Fiscalizar abusos de agentes públicos e pressionar MP e corregedorias para combater a prescrição e estagnação de inquéritos de violência contra LGBTQIAPN+
- Priorizar a defesa da juventude periférica e negra, combatendo a criminalização dessas comunidades e as desigualdades nos sistemas prisional e socioeducativo
- Propor legislação para a obrigatoriedade da formação continuada e qualificação em Direitos Humanos e Antirracismo para servidores da segurança, além da revisão dos protocolos de abordagem e da eliminação de símbolos eugenistas e escravocratas nas instituições estaduais. revisando protocolos, técnicas de abordagem e eliminando símbolos eugenistas
- Garantir a fiscalização permanente do fim da revista vexatória, implementar protocolos de proteção à população LGBTQIAPN+ privada de liberdade e destinar emenda parlamentar para o fortalecimento das Delegacias da Mulher no interior do estado
- Apresentar Projeto de Lei criando o Programa Estadual de Atenção Psicossocial Prioritária para os profissionais da segurança pública, reestruturando a cobertura do SASSEPE e combatendo o adoecimento decorrente da pressão institucional
- Defender melhorias nas condições de trabalho das categorias da segurança pública, buscando o diálogo permanente para aproximação através da pauta de direitos trabalhistas entre as categorias pautada para a consciência de classe

- Fiscalizar e cobrar do Governo do Estado o suprimento imediato de insumos básicos nas unidades e a garantia de funcionamento 24 horas para as Delegacias da Mulher e delegacias de territórios prioritários

- Pressionar o Poder Executivo pela nomeação imediata de aprovados em concursos públicos para o sistema prisional e polícia civil, eliminando a sobrecarga de trabalho e a contratação precária de inativos

- Exigir do Estado protocolos rigorosos de alocação de efetivo, garantindo que policiais em início de carreira ou em jornadas extraordinárias atuem devidamente equipados, treinados e acompanhados

- Propor o fortalecimento da Polícia Científica e da Polícia Civil para elevação do índice de elucidação de homicídios (apenas 40% dos homicídios chegam à denúncia), integrando a investigação a políticas estaduais de mediação comunitária de conflitos e prevenção territorial

- Defender a implantação obrigatória de câmeras corporais no efetivo policial, além do fortalecimento e independência das corregedorias e dos órgãos estaduais de prevenção à tortura

- Cobrar a reativação e nomeação imediata de membros para os comitês de combate à tortura e conselhos da criança, do adolescente e do sistema socieducativo (FUNASE)

- Defender a adesão e integração de Pernambuco à PEC da Segurança Pública do Governo Federal, viabilizando recursos federais, padronização de dados e modernização coordenada das forças policiais

- Cobrar o cumprimento da Lei nº 17.829/2022, que especifica a necessidade da segregação de dados no âmbito do relatório elaborado sobre feminicídio, além de defender a divulgação periódica de dados sobre violência de gênero e relatórios de enfrentamento ao feminicídio

- Propor inspeção parlamentar recorrente nas unidades prisionais femininas, com vistas a denunciar violações de direitos, além de cobrar a garantia de orçamento estadual e transparência na apuração de violações no sistema carcerário

TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA:

- **Propor o fim da escala 6x1 nos contratos e licitações realizados pela Administração Pública estadual**
- **Propor política de cotas para contratação de mulheres vítimas de violência doméstica nos contratos realizados pela Administração Pública estadual**

- Lutar pela ampliação do acesso à previdência social
- Criação de espaços de apoio aos trabalhadores plataformizados
  16. Incentivo à geração de renda, à qualificação profissional e à participação dos movimentos sociais na elaboração, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas
- Pleitear a criação de instrumentos para remuneração direcionada para categorias específicas de trabalhadores em situação de vulnerabilidade (como por exemplo Bolsa Pescador, Bolsa Brincante), na perspectiva de criação de uma política ampla de renda
- Propor a criação do Selo "Empresa Cidadã" com benefícios fiscais e tarifários a empresas para incentivar a contratação da população LGBTQIAPN+
- Continuar a defender o fim da escala 6x1, redução da jornada sem redução salarial, valorização do salário mínimo
- Lutar por melhores condições de trabalho, principalmente para trabalhadores informais e plataformizados, expostos diariamente aos eventos climáticos
- Fortalecer o Cooperativismo, a Economia Solidária e outras formas de geração de renda

TRANSPORTE:

- Passaporte Cultural com gratuidade irrestrita no transporte público e em eventos para os jovens, com o intuito de garantir a liberdade de acesso ao lazer

- Cobrar o cumprimento da Lei nº 16.787/2019, que dispõe sobre a renovação da frota do transportes público e a climatização dos veículos de transporte coletivo, e retirar a isenção tributação das empresas de transporte público que descumprem a lei, vinculando o retorno dos incentivos fiscais e tributários à adequação aos parâmetro estabelecidos na lei

- Propor a criação de uma política de conforto térmico para as paradas de espera do transporte coletivo sob responsabilidade do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano, estabelecendo parâmetros mínimos de conforto térmico para as paradas, realização de mapeamento das paradas existentes, verificação da conformidade de cada uma aos parâmetros estabelecidos, definição de metas para adequação aos parâmetros e divulgação de relatório anual com esses dados





Por

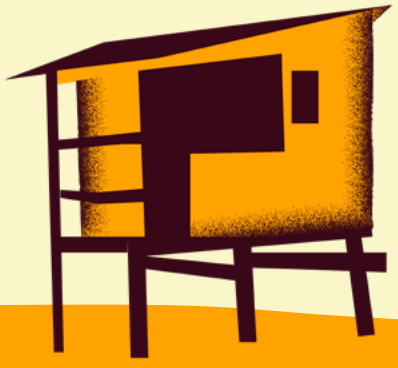
SUJEITOS PRIORITÁRIOS

JUVENTUDE

- **Propor Plano Estadual Juventude Negra Viva para o enfrentamento ao homicídio de jovens**



- Passaporte Cultural com gratuidade irrestrita no transporte público e em eventos para os jovens, com o intuito de garantir a liberdade de acesso ao lazer
- Laboratório Digital para incentivar a formação tecnológica voltada para os jovens
- Pautar a criação de bolsas para custear materiais de estudo e subsistência dos estudantes do ensino superior
- Fortalecer mecanismo de combate à violência contra juventude negra
- Apoiar e incentivar os cursinhos populares de preparação para o ensino superior, promovendo a democratização do acesso à universidade pública para a juventude das periferias
- Priorizar a defesa da juventude periférica e negra, combatendo a criminalização dessas comunidades e as desigualdades nos sistemas prisional e socioeducativo



MULHERES:

- **Propor política de cotas para contratação de mulheres vítimas de violência doméstica nos contratos realizados pela Administração Pública estadual**



- Fazer do mandato um espaço de intercâmbio e promoção de práticas e propostas que promovam políticas de planejamento das cidades com e para as mulheres negras
- Propor medidas para proibir a violência política de gênero
- Propor Curso de Formação Continuada em Educação para a Igualdade de Gênero e Enfrentamento à Misoginia, nas escolas públicas e privadas
- Propor Política de Educação Continuada em Prevenção à Violência de Gênero para os servidores públicos da administração direta, indireta e fundacional
- Priorizar inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos programas habitacionais e de assentamento
- Garantir a fiscalização permanente do fim da revista vexatória, implementar protocolos de proteção à população LGBTQIAPN+ privada de liberdade e destinar emenda parlamentar para o fortalecimento das Delegacias da Mulher no interior do estado
- Fiscalizar e cobrar do Governo do Estado o suprimento imediato de insumos básicos nas unidades e a garantia de funcionamento 24 horas para as Delegacias da Mulher e delegacias de territórios prioritários
- Cobrar o cumprimento da Lei nº 17.829/2022, que especifica a necessidade da segregação de dados no âmbito do relatório elaborado sobre feminicídio, além de defender a divulgação periódica de dados sobre violência de gênero e relatórios de enfrentamento ao feminicídio



- Atuar para o fortalecimento e a expansão da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, não apenas a partir de uma lógica punitivista ou fiscalizatória mas também entendendo que mulheres são sujeitas de direitos

- Lutar pela garantia do acesso ao aborto legal nos hospitais municipais e estaduais, especialmente para meninas e mulheres vítimas de violência

- Atuar no combate a qualquer tipo de retrocesso relacionado ao aborto legal, pela garantia do cumprimento e da ampliação do serviço previsto em lei nas maternidades e hospitais da rede estadual de saúde, com o horizonte de legalização

- Apresentar Projeto de Lei para a criação do Sistema Estadual do Cuidado, com foco nas mulheres empobrecidas e negras que realizam o trabalho doméstico e de cuidado, de forma a promover uma distribuição mais justa do trabalho

- Atuar em conjunto com o Ministério Público e pautar na LOA e na LDO a obrigatoriedade de recorte de gênero no orçamento público com vistas a garantir financiamento proporcional para políticas públicas voltadas às mulheres em direção ao seu percentual na população do estado

- Propor inspeção parlamentar recorrente nas unidades prisionais femininas, com vistas a denunciar violações de direitos, além de cobrar a garantia de orçamento estadual e transparência na apuração de violações no sistema carcerário

- Propor a regulamentação do fluxo de acolhimento humanizado para crianças e adolescentes vítimas de violência através da rede primária de saúde (SUS), evitando a revitimização em órgãos policiais

POPULAÇÃO NEGRA:

- **Propor Lei contra o Racismo Ambiental e Enfrentamento às Mudanças Climáticas, a partir do enfrentamento de enchentes, alagamentos e eventos climáticos extremos**



- Destinação de emenda parlamentar para investimentos na literatura negra
- Fazer do mandato um espaço de intercâmbio e promoção de práticas e propostas que promovam políticas de planejamento das cidades com e para as mulheres negras
- Fortalecer mecanismo de combate à violência contra juventude negra
- Fortalecer e ampliar o Protocolo Antirracista
- Combater o Racismo Institucional
- Propor Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas e Combate ao Racismo Ambiental, com foco na justiça climática
- Priorizar a defesa da juventude periférica e negra, combatendo a criminalização dessas comunidades e as desigualdades nos sistemas prisional e socioeducativo Propor legislação para a obrigatoriedade da formação continuada e qualificação em Direitos Humanos e Antirracismo para servidores da segurança, além da revisão dos protocolos de abordagem e da eliminação de símbolos eugenistas e escravocratas nas instituições estaduais. revisando protocolos, técnicas de abordagem e eliminando símbolos eugenistas
- Propor a instituição da Medalha Agostinho José Pereira (Divino Mestre) em homenagem a pessoas e organizações com contribuições relevantes para a educação popular, combate ao racismo e defesa dos direitos da população negra



- Propor o ensino obrigatório da vida e legado de Agostinho José Pereira (Divino Mestre) nas escolas pernambucanas, resgatando a história do artesão negro que criou escolas clandestinas de alfabetização para escravizados no Recife, em cosonância com a Lei nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

- Propor a obrigatoriedade da presença e disponibilização de obras da literatura negra no acervo de todas as bibliotecas e salas de leitura da rede estadual de ensino

- Edital "Vozes Negras" para de financiamento de publicação (física e digital) de primeiras obras escritas por pessoas pernambucanas negras



POPULAÇÃO LGBTQIAPN+:

- **Criação de Programa Escola Sem Discriminação para combate à violência contra a população LGBTQIAPN+ nas instituições públicas e privadas de ensino**



- Propor a criação do Selo "Empresa Cidadã" com benefícios fiscais e tarifários a empresas para incentivar a contratação da população LGBTQIAPN+
- Atuar na discussão do Plano Estadual de Educação para garantir a inclusão de diretrizes pedagógicas obrigatórias sobre diversidade de gênero, sexualidade e características sexuais na rede pública de ensino e no sistema socioeducativo
- Pautar a implementação de reservas de vagas (cotas) para pessoas trans na Universidade de Pernambuco
- Prestar suporte legislativo e apoio parlamentar para o avanço do projeto de lei relativo ao Estatuto da Pessoa Intersexo
- Fiscalizar abusos de agentes públicos e pressionar MP e corregedorias para combater a prescrição e estagnação de inquéritos de violência contra LGBTQIAPN+
- Propor mecanismos estaduais de gratuidade e assistência jurídica para a retificação de nome e gênero em cartórios, desburocratizando o acesso à documentação básica para pessoas trans e travestis em situação de vulnerabilidade
- Fiscalizar os serviços de saúde da rede estadual para certificar que os profissionais são capacitados para realização de tratamento humanizado e garantir também a distribuição contínua de hormonioterapia



- Fiscalizar as Comunidades Terapêuticas que recebam recursos financeiros do Estado, vedando a destinação de emendas e recursos públicos a instituições que realizam práticas de conversão forçada e violações de direitos humanos e requerer a apresentação de relatório com dados sobre quantitativo de vagas custeadas com verbas estaduais, instituições cadastradas, vagas por instituição, montante repassado a cada instituição e custo individual por vaga

- Garantir a fiscalização permanente do fim da revista vexatória, implementar protocolos de proteção à população LGBTQIAPN+ privada de liberdade e destinar emenda parlamentar para o fortalecimento das Delegacias da Mulher no interior do estado



PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- **Criar um eixo específico de Acessibilidade Comunicacional dentro do Plano Estadual, porque normalmente a acessibilidade acaba ficando muito concentrada apenas em rampa, banheiro e acessibilidade física.**

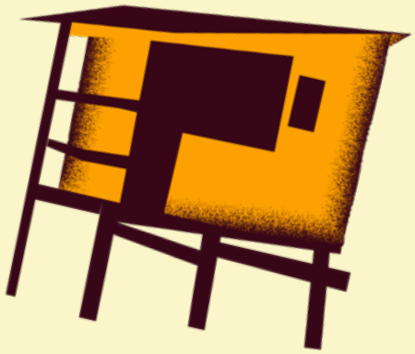


- Implantar uma Central Estadual de Acessibilidade Comunicacional, atendendo presencialmente e a distância. Ela poderia reunir Central de Libras, intérpretes e guia-intérpretes, legendagem e transcrição ao vivo, audiodescrição, comunicação para pessoas surdocegas, comunicação aumentativa e alternativa e outros recursos. Seria uma estrutura de apoio aos serviços públicos estaduais, saúde, educação, cultura, eventos e atendimento ao cidadão.

- Implantar e ampliar sistemas de tecnologia assistiva para pessoas surdas que não utilizam necessariamente Libras, principalmente pessoas que usam aparelhos auditivos e implantes cocleares. Um exemplo é o Sistema de Indução Auditiva/aro magnético em teatros, cinemas, auditórios, equipamentos culturais e outros espaços públicos estaduais.

- Criar uma política permanente de acessibilidade cultural nos equipamentos e projetos apoiados pelo Estado, principalmente por meio da Secretaria de Cultura, Fundarpe e Funcultura, contemplando legenda descritiva, Libras, audiodescrição, indução auditiva e outros recursos conforme cada atividade.

- Nos projetos culturais que recebem recursos públicos estaduais, estabelecer metas e critérios de acessibilidade desde o projeto e não deixar para adaptar depois. Isso pode valer para cinema, teatro, festivais, shows, museus, patrimônio cultural e eventos.



- Fazer um levantamento estadual da acessibilidade dos prédios, equipamentos culturais e serviços públicos, com indicadores e publicação periódica dos resultados. Assim o Plano não fica apenas no papel: dá para acompanhar o que foi cumprido, o que falta e onde o orçamento está sendo aplicado.

- Garantir participação direta das próprias pessoas com deficiência e do CONED na elaboração, acompanhamento e revisão do Plano, contemplando as diferentes deficiências e formas de comunicação.




JÔ
CAVALCANTI
50.000
DEPUTADA ESTADUAL
jocavalcantipe
Propaganda Eleitoral | Jô Cavalcanti
CNPJ: 68.571.369/0001-98 | Federação PSOL-Rede